



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 568/11

Instituir a "Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idosos".

**Art. 1º** Fica instituída no âmbito do Estado do Paraná, a "Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idosos", a ser realizada na 1ª semana de outubro de cada ano.

**Art. 2º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

RELATOR



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 612/11

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa Nacional do Feijão Preto (FENAFEP), que se realiza, anualmente, no mês de agosto, no Município de Prudentópolis.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa Nacional do Feijão Preto (FENAFEP), que se realiza anualmente, no mês de agosto, no Município de Prudentópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 571/11

Determina que sejam mantidas placas informativas visíveis com dados referentes à manutenção, vistoria técnica e riscos na utilização de brinquedos e atrações existentes em parques de diversão.

Art. 1º A administração dos parques de diversão existentes no Estado do Paraná manterá, em cada um dos brinquedos e atrações existentes, placas informativas fixadas na entrada de cada brinquedo ou atração, com letras bem visíveis para o público, com dados referentes à manutenção e vistoria técnica daquela diversão, bem como dos eventuais riscos inerentes à sua utilização.

§ 1º Para efeito do disposto no caput, entendem-se como dados referentes à manutenção a data em que a mesma foi realizada, bem como quando deverá ser feita a próxima manutenção e o número do laudo de vistoria emitido pelas autoridades públicas competentes.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, entendem-se como informações relativas aos eventuais riscos inerentes à utilização do brinquedo ou da atração, informações que indiquem riscos para os eventuais usuários portadores de doenças.

Art. 2º A não observância do disposto no artigo anterior e seus parágrafos acarretará aos parques de diversão multa de 200 (duzentas) Unidades Padrão Fiscal (UPF/PR), dobrando em caso de reincidência.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

CP

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

  
RELATOR







# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final do Projeto de Lei nº 758/11

Denomina Rodovia Atílio Palmonari, o trecho da Rodovia Estadual PR-422.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Atílio Palmonari, o trecho da Rodovia Estadual PR-422, 422S0050EPR, entre a Rodovia PR-151 e o Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

  
PRESIDENTE

  
RELATOR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

Fis. *[assinatura]*

## Projeto de Lei nº 871/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 NOV. 2011

*[assinatura]*

1º Secretário

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a  
"Associação das Crianças e Adolescentes  
de Céu Azul", com sede e foro  
no município de Céu Azul.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul" com sede e foro no município de Céu Azul.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2011.

*[assinatura]*  
**PARANHOS**

Deputado Estadual - PSC

15110 871/11/2011 088736 NOT. ASSUNTO: MENSURAR DO PROJETO

## JUSTIFICATIVA

A "Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul" é uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem como objetivos principais: contribuir com a sociedade através da ajuda as crianças e adolescentes marginalizados a redescobrirem sua identidade e dignidade de pessoa humana, incentivar através da educação e do trabalho a se tornarem agentes de sua própria transformação e colaborar com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei que declara de utilidade pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul.





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 871/2011**

**Projeto de Lei nº. 871/2011**  
**Autor: Deputado Estadual Paranhos**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a "Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul", com sede e foro no Município de Céu Azul.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –  
LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS  
- PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA  
EMENDA MODIFICATIVA.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a "Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul", com sede e foro no Município de Céu Azul, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
43  
1

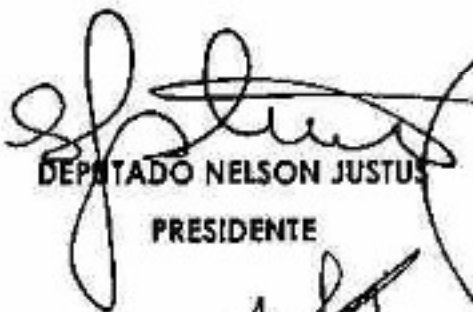
Contudo, o Município de Céu Azul tem foro no Município de Matelândia, tornando-se necessária a Emenda Modificativa para corrigir o foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da Emenda Modificativa.

Sala das Comissões, em 07 de fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DIVALDO GENARI  
RELATOR





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

13. 14

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 871/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE CÉU AZUL, com sede no Município de Céu Azul e Foro no Município de Matelândia.

"**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE CÉU AZUL, com sede no Município de Céu Azul e Foro no Município de Matelândia.

Sala das Comissões, em 07 de fevereiro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO DULCIO GENARI  
RELATOR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 21 NOV. 2011

1º Secretário

Projeto de Lei nº 906/11

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas - ATACAR, com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas - ATACAR, com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2011.

DUILIO GENARI  
DEPUTADO ESTADUAL

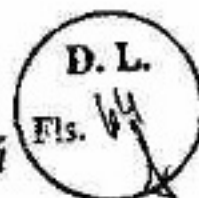
## Justificativa:

A Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas - ATACAR, fundada em 26 de outubro de 2006, surgiu através do Projeto AMA, da Universidade Paranaense - UNIPAR CAMPUS TOLEDO/PR. Motivados e unidos pela prática do HCR - Handebol em Cadeira de Rodas, entidade sem fins lucrativos, vem desenvolvendo trabalho de apoio e parceria com as escolas municipais e estaduais regulares quanto ao atendimento dos alunos/atletas incluídos, realizando também orientação pedagógica, bem como, acompanhamento técnico desportivo, psicopedagógico e fisioterapêutico. Estimulando a prática de esportes e a inclusão social, o projeto Handebol Adaptado, vem difundindo a modalidade, atingido até os meios de comunicação, que tão visibilidade ao sucesso da equipe formada de 26 atletas, da entidade ATACAR.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito civil, inscrita no CNPJ - sob nº 08.404.902/0001-03, e pela sua importância e representatividade é merecedora ser considerada por Lei, como Entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Legislativa.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 906/2011**

**Projeto de Lei nº. 906/2011**

**Autor: Deputado Estadual Duílio Genari**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas - ATACAR**, com sede e foro no Município de Toledo, Estado do Paraná.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –  
LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS  
- PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas - ATACAR**, com sede e foro no Município de Toledo, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

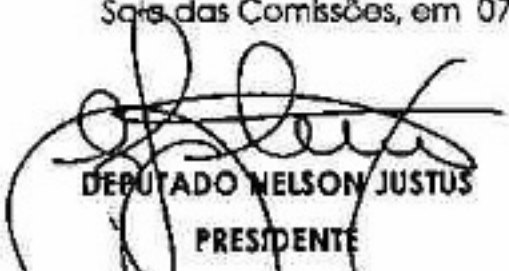


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Saída das Comissões, em 07 de fevereiro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**



OF/CTL/CC nº 5626 /2011

Curitiba, 21 de dezembro de 2011

PROPOSIÇÃO VETO Nº 009/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em 30/12/2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 313/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 932/2011, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O autógrafo tem por escopo alterar os dispositivos que especifica da Lei nº. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Os incisos V e VI do art. 1º propõem a dilação para pagamento do IPVA durante o ano corrente, por final de placa, de acordo com o calendário assim estabelecido:

Placa	Mês de Vencimento/Forma de Pagamento									
Final	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
1 e 2	AV c/5%	AV/Cota 1	Cota 2	Cota 3	Cota 4	Cota 5				
3 e 4		AV c/5%	AV/Cota 1	Cota 2	Cota 3	Cota 4	Cota 5			
5 e 6			AV c/5%	AV/Cota 1	Cota 2	Cota 3	Cota 4	Cota 5		
7 e 8				AV c/5%	AV/Cota 1	Cota 2	Cota 3	Cota 4	Cota 5	
9 e 0					AV c/5%	AV/Cota 1	Cota 2	Cota 3	Cota 4	Cota 5

Assim, se não vetados os incisos V e VI do art. 1º, trarão injustiça o desigualdade aos contribuintes do IPVA, beneficiando os proprietários de veículos cujas placas terminam em número mais alto.

Ainda, o IPVA e o licenciamento anual de veículos são tributos interligados, ou seja, um depende do outro para sua efetiva quitação. O licenciamento anual somente é pago quando da quitação do pagamento do IPVA e, na forma do inciso V e VI do art. 1º, não haveria tempo hábil para pagamento do licenciamento anual de veículos no mesmo exercício.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prot. 11.292.265-2

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 FEV. 2012

1º Secretário





Nada obstante, os incisos supracitados ofendem os princípios da igualdade e da isonomia tributária previstos no inciso II do artigo 150 da Constituição da República, uma vez que discrimina e favorece contribuintes pelo critério subjetivo de identificação do último número das placas.

Estabelecer regras que definem prazo diferenciado de pagamento (de até cento e vinte dias), mantendo os mesmos benefícios de redução de valores e sem exigência de juros e multa correspondentes, para contribuintes alcançados pelo mesmo fato gerador em situações semelhantes, resultarão em alíquotas efetivas diferenciadas, descumprindo os princípios suso citados.

Vejamos o que leciona a Constituição da República:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

*II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;*

Ademais, cabe lembrar que cinquenta por cento da arrecadação do IPVA pertence ao município de emplacamento do veículo. Assim, caso os incisos V e VI do art. 1º não sejam vetados, os municípios paranaenses terão um impacto negativo em seus caixas, pois ficarão sem o repasse habitual do IPVA no início do ano, o qual é significativo, uma vez que número expressivo de contribuintes tem quitado o IPVA integralmente entre os meses de janeiro e fevereiro, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Exercício	Janeiro e Fevereiro	
		Arrecadação	% sobre lançamento
Arrecadação	2007	434.338.878,75	49,28
	2008	410.300.294,86	40,46
	2009	459.895.741,82	36,14
	2010	374.099.814,21	29,55
	2011	555.237.983,11	38,78

Finalmente, com a redação dos incisos V e VI do artigo 1º, são grandes as possibilidades de aumento na inadimplência do IPVA do exercício, que com o calendário vigente tem sido baixa, conforme demonstrado:





Exercício	Vlr. Pendente atualizado	Imposto pendente	Quantidade débitos	% Inadimplência
2007	20.748.843,94	12.488.829,33	36.417	1,42%
2008	47.763.979,77	31.028.495,07	168.433	3,06%
2009	68.240.859,22	47.054.819,06	231.037	3,70%
2010	94.821.260,48	72.404.872,72	356.441	5,72%

Desta forma, diante de todo o exposto, veto os incisos V e VI do art. 1º do Projeto de Lei 932/11.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

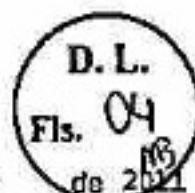
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17027



Data 21 de dezembro

Súmula Altera dispositivos da Lei nº 14.260, de 22/12/2003, que estabeleçam normas sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

*A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003:

I – fica acrescentada a alínea “g” ao § 1º, do art. 2º:

“g) na data do arremate em leilão de veículo automotor novo;”

II – os incisos III e VI, do art. 3º, passam a vigorar com a seguinte redação:

“III – no caso de arremate em leilão de veículo novo, ou que se encontrava ao abrigo do disposto no art. 13, o valor da arrematação, acrescido das despesas cobradas ou debitadas do arrematante e dos tributos incidentes na operação;

(...)

VI – no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante na tabela de valores venais para cálculo do IPVA, publicada por ato do Poder Executivo, ressalvado o contido nos §§ 7º e 8º, deste artigo, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação.”

III – o parágrafo único do art. 5º fica renumerado para § 1º, acrescentando-se-lhe o § 2º:

“§ 2º Considera-se também contribuinte do imposto o comprador identificado no comunicado de venda de veículo registrado no DETRAN/PR, em relação ao fato gerador ocorrido após a data da compra.”

IV – fica acrescentado o art. 9º-A:

“Art. 9º-A Nos casos de comprovação de erro no lançamento, o Diretor da Coordenação da Receita do Estado poderá conceder novo prazo de pagamento do imposto, corrigido monetariamente, dispensando-se os demais acréscimos legais, sem prejuízo dos benefícios previstos no § 2º e na alínea “a” do § 3º, do art. 11.”

V – ...Vetado...

VI - ...Vetado...

VII - o caput do art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solicitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 5 (cinco) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda."

VIII - o § 2º, do art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A não incidência de que trata a alínea "b", do inciso II se condiciona à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou, quando este não existir no município, de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social."

IX - o inciso V, do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

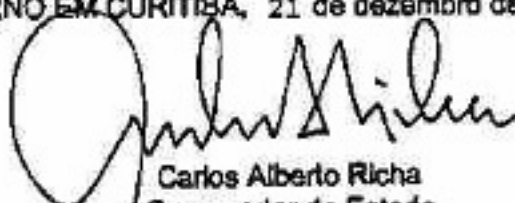
"V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potência não superior a 155 CV, limitado a um veículo por beneficiário;"

Art. 2º Ficam dispensados de pagamento os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 2008, ajuizados ou não.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, 21 de dezembro de 2011.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Luiz Carlos Jorge Haully  
Secretário de Estado da Fazenda

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 009/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 009/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5626/11**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 932/2011, de autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica da Lei nº. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 932/11, de autoria do Poder Executivo que, altera os dispositivos que especifica da Lei nº. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas contrárias ao Interesse público.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 932/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 009/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 21 de dezembro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

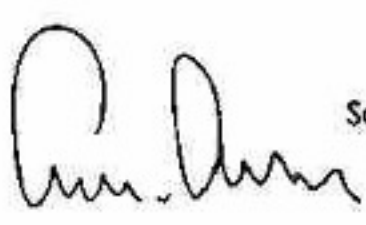
D. L.  
Fls. 10


Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR